



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O “IMPORTANTE É COMPETIR” E... O CAPITAL AGRADECE!

Prof. Ms. Paulo A Cresciulo de Almeida
Universidade Federal Fluminense
palmeida@vm.uff.br

considerações iniciais

A romântica biografia de Pierre de Coubertin traduz para toda a humanidade uma aparente ingenuidade no que se refere à natureza dos jogos e seus significados. Ao reeditar as chamadas Olimpíadas Modernas, em 1896, em Atenas, afirmava sua intenção em promover o conagraçamento dos povos por meio desses eventos, quando e onde não se valorizariam as vitórias, mas a oportunidade da confraternização universal. A máxima “*o importante é competir*”, atribuída a esse nobre francês acabou imortalizada e unanimemente adotada por todos que cultuam ou justificam as competições esportivas. Na realidade o adágio “*O importante não é vencer, é participar*” pretendia representar o ideal olímpico e teria sido utilizado pela primeira vez em 1908, por um bispo da Pensilvânia. Este artigo pretende trabalhar com os princípios concebidos nestas mensagens, pois, embora, sua lógica tenha sido eternizada, é aí que se encontram as contradições e são oportunas algumas reflexões. Ainda que o slogan esteja popularizado para situações do cotidiano, a intenção será focalizar as competições institucionalizadas.

Sem a pretensão de estar tratando de tema inédito ou inexplorado serão contempladas as relações de diferentes sujeitos com essas competições, com o entendimento que embora se tratem de visões distintas, em comum elas têm a deterioração daqueles valores imputados a Coubertin. Ao longo dos tempos, seja por parte de seus protagonistas, ou pela importância dada pelas instituições os jogos tiveram sua natureza modificada assumindo feições contaminadas por objetivos opostos ao preconizado na reedição dos Jogos Olímpicos. Há muito tempo não se apreende a confraternização dos povos, mas sim o desgaste e a manipulação dos sentimentos proporcionados pela prática ou apreciação das competições esportivas.

a ideologização dos esportes



Blainey (2008), em sua análise sobre o século XX, identifica nos esportes a capacidade de coadjuvar na tarefa de se impor uma ideologia. Em seu trabalho, o autor identifica o crescimento da aceitação popular em relação às atividades esportivas e como, natural e gradativamente, elas operaram como aliados no processo de afirmação de soberania e identificação de poder.

A Inglaterra, considerada o “berço da maioria dos esportes de destaque mundial” (idem, p. 292), soube desfrutar desse status e se impôs política e economicamente nas primeiras décadas daquele século. Simbólica, também, a ação da Alemanha de Hitler na tentativa de afirmar a pureza de uma raça se utilizando dos Jogos Olímpicos de 1936. A própria polarização proporcionada pela Guerra Fria se refletiu nos campos esportivos, a luta pela hegemonia na conquista de medalhas olímpicas se deu de maneira exacerbada e a rivalidade entre os EEUU e a URSS emergiu também nas arenas esportivas. Nitidamente estiveram em disputa dois regimes políticos.

Tão relevante quanto esta busca da primazia entre nações, o que legitimaria diferentes modelos políticos, econômicos e sociais, tem sido as iniciativas estatais de se imporem sobre suas sociedades a fim de consolidarem suas propostas verticalizadas de manutenção da ordem estabelecida. Neste sentido, a dominação é componente fundamental para preservação da situação sob controle do Estado.

O’ Donnell (s.d) define a dominação como “a capacidade, atual e potencial, de impor regularmente a vontade sobre os outros, inclusive, mas não necessariamente contra a sua resistência” (p.72). Essa conceituação ajuda explicar eventuais sentimentos de admissibilidade na relação autoritária entre o governo e a sociedade. Reforçam esse pensamento, as idéias de Foucault (1979) sobre o tema. Para ele não existe uma dominação global de uns sobre os outros, mas ela se estabelece nas relações recíprocas entre as partes.

Essas relações de convivência são contornadas ou ratificadas a partir de posturas estratégicas. Das ações populistas ao controle das comunicações, passando pela definição de políticas sociais compensatórias, ou pelas iniciativas assistencialistas, pode-se perceber a mão governista nessas ações conciliatórias. Elementos facilitadores



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

nesse processo de submissão, os esportes foram usados recorrentemente em diferentes épocas históricas do país com essas funções, predominantemente alienantes.

Ainda que, de forma aligeirada e para fundamentar estas reflexões é possível resgatar algumas ações emblemáticas praticadas ao longo de nossa história, que se enquadram na caracterização aludida neste texto.

A chamada Era Vargas, posterior à crise de 1929, quando o Estado Novo teve necessidade de atenuar as conseqüências do autoritarismo do regime, é um desses exemplos. São iniciativas dessa época: a criação do Departamento de Propaganda e Divisão Cultural, em 1934, cujo dirigente Lourival Fontes foi indicado chefe da seleção brasileira que disputou a Copa do Mundo de 1934; a subvenção da participação no Mundial subsequente, em 1938, quando antes do embarque dos jogadores, Getúlio Vargas os recebe e deixa claro, a importância da conquista do título de campeão do mundo; e a instalação do Conselho Nacional de Educação Física, em 1947 (Drumond, 2007). Interessante lembrar também que, com esse pano de fundo, foi legitimada a prática da Capoeira.

Quase duas décadas mais tarde, o resgate das iniciativas esportivas na Ditadura Militar – pós-golpe de 64 – também auxilia a fundamentar a tese da política de aliciamento da população brasileira, por meio dos esportes. Esse período foi registrado na nossa história como o auge da violência aos direitos humanos e da repressão a qualquer possibilidade de organização na sociedade brasileira. Sistemas de ensino, de saúde, de comunicação, entre outros foram reestruturados para impedir reações ao regime ditatorial imposto ao Brasil. Contraditoriamente, as competições esportivas e o lazer comunitário foram estimulados em todo o território nacional e o Governo Militar, estrategicamente, difunde uma política nacional de incentivo ao esporte e ao lazer. O exacerbado ufanismo nacional motivado pela conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, no México foi capitalizado pelo governo e contribuiu consideravelmente para o processo de alienação.

Mais à frente, em 1990, o presidente Fernando Collor cria a Secretaria de Esportes da Presidência da República e inicia uma nova era nomeando para essa pasta com status de ministério, Arthur Antunes Coimbra, o jogador de futebol Zico.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Implantava-se aí a lógica da utilização da idolatria, pois era inegável o prestígio nacional desfrutado pelo atleta. Também foi sintomática a nomeação de um personagem do esporte de alto rendimento, pois denotava a proposta de valoração desse segmento esportivo, tanto que no ano seguinte com a saída do jogador de futebol, a substituição se deu pelo ex-jogador de voleibol Bernard Rajzman, também atleta considerado de alto nível e, igualmente ídolo nacional.

No atual governo, dito Popular e Democrático, podemos perceber uma atuação efetiva do Ministério dos Esportes, um órgão robusto politicamente e que se propõe abarcar projetos sociais de esportes e de lazer. Embora esses sejam seus pressupostos, o que se observa é uma predominância de programas e ações que objetivam e estimulam o esporte de alto nível. Um simples passeio pelo Portal Oficial desse Ministério é possível confirmar essa tendência.

as influências do liberalismo

Os registros e dados já consignados neste ensaio ratificam a idéia da ideologização dos esportes, especialmente os de alto rendimento, mas é imprescindível destacar outra face, tão perversa quanto à da dominação: a do mercantilismo dos esportes. Essa característica avançou e se consolidou massivamente em todas as sociedades e tem estimulado inúmeros pesquisadores a formularem suas críticas pela degradação da natureza espontânea das atividades esportivas. Entretanto, é preciso compreender que elas fazem parte de um conjunto que, como quase tudo, está inserido no chamado processo de globalização.

Muito embora a palavra globalização se apresente cotidianamente em nossas vidas é interessante contextualizá-la a fim de que se possa entender sob que ótica as análises se fundamentam e a partir de que matrizes teóricas estas reflexões estão sendo elaboradas. Esse termo está presente nas últimas décadas em quase todos os ramos do conhecimento ou de atividades da sociedade mundial e com incomum admissibilidade tanto em seu uso quanto em seus significados. O conceito de globalização serve como justificativa para as imposições estratégicas de uma elite econômica mundial ao mesmo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

tempo em que a classe trabalhadora o aceita para o acolhimento de seus próprios males sociais.

Harvey (2004) indaga “terá a adoção do termo indicado uma confissão de impotência da parte de movimentos nacionais, regionais e locais da classe trabalhadora ou de outros movimentos anticapitalistas?” (p. 79), e vai além, quando credita à mídia a consolidação do conceito de globalização, já que ela pode ser co-responsável pelo status de algo novo e substantivo, que na realidade não passa de um artifício publicitário para justificar um ajuste financeiro internacional.

Um dos autores contemporâneos mais incisivos nas críticas ao capital, Mészáros (2009) argumenta que a despeito da adjetivação das ações globalizantes, é impossível existir uma unificação calcada em desigualdades e que a única potencialidade de universalização que apresenta o sistema capitalista é se transformar na realidade da alienação desumanizante e na reificação. Uma análise da conjuntura mundial nos revela a situação de desequilíbrio acentuado de renda provocando situações de marginalização social ou de aderência inconsequente aos princípios do capitalismo, ainda que isso acabe transformando os sujeitos em coisas.

Determinante nos rumos que a modernidade tem tomado nas mais diferentes áreas de atuação, a globalização tem sido fundamental também para amparar as novas perspectivas que impulsionam os esportes, quer seja nas definições de seus códigos e convenções, quer seja em sua absorção pelo capital financeiro. Isso explicaria, por exemplo, as alterações das regras oficiais dos esportes e suas atualizações internacionalizadas para atender às demandas de patrocinadores e dos tempos de transmissão pela TV. É sabido que a contagem de pontos nos *sets* de voleibol foi modificada para que uma partida se tornasse rentável para a transmissora e patrocinadores. Da mesma forma, o basquetebol mundial tornou padrão o formato profissional da Liga Americana e transformou os dois tempos de jogo em quatro quartos, viabilizando o aumento da publicidade nos intervalos entre eles.

Importante também nesta reflexão é situar o futebol, modalidade mais praticada no mundo que vem se adequando há algum tempo à universalização econômica. Embora suas regras oficiais se mantenham, os regulamentos e convenções históricas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estão se alterando significativamente. A prática deste esporte que já foi romântica e teve seu charme mundial se transformou, de forma avassaladora e irreversível, num dos mais potentes instrumentos de acúmulo e multiplicação do capital, em nível mundial.

A expressão “pátria de chuteiras” imortalizada por Nelson Rodrigues está deixando de ter significados neste início de século, pois a então esperada convocação e oportunidade de participar de uma Copa do Mundo representando seu país, por exemplo, não mais expressa ou representa as emoções de outrora para os jogadores. O que tem definido essas “emoções” são as cifras monetárias e os contratos firmados com os detentores do direito da suas imagens.

O site de notícias clicRBS destacou, logo após a Copa do Mundo da África do Sul, um artigo do jornalista Paulo Ludwig do Zero Hora, divulgando alguns números a respeito do assunto. Segundo ele, 75% das seleções que jogaram o Mundial tinham em suas composições jogadores que nasceram em outros países, totalizando o número de 76 atletas defendendo outras equipes que não a da sua origem. O que explicaria isso, se não a *globalização* e a constatação de que os tentáculos capitalistas envolveram também os protagonistas esportivos?

Embora estas análises sejam referentes à adesão, muitas vezes inconsciente, dos atores atletas, é relevante que se qualifiquem também as ações estatais para que a compreensão da abrangência da contaminação do mundo esportivo pela conjuntura econômica se dê de maneira inequívoca. Para tanto é imprescindível a configuração do Estado nos dias de hoje, especialmente em sua relação com o capital financeiro, a Parceria Público Privada.

A notória inversão de valores e prioridades praticadas pela institucionalidade no mundo contemporâneo e *globalizado* tem estimulado inúmeras contribuições elaboradas por autores críticos a esses sistemas. Holloway (2003) é um deles e expõe suas reflexões com certa peculiaridade. Para ele o Estado é um dos “nós” de uma rede de relações sociais que não tem como agir autonomamente e, sendo esta rede comprometida com os interesses capitalistas, a conseqüência natural é desenvolver ações dentro desta perspectiva, caso contrário terá como resultado uma crise econômica. Assim sendo, essa instituição que deveria ter como função o ordenamento dos assuntos humanos se tornou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

instrumento dos interesses da classe capitalista e sua atuação tem favorecido a “globalização”, estimulado o nacionalismo, inculcado no povo a ilusão da cidadania e imposto padrões de uma realidade, supostamente, inexorável.

a ação estatal

Uma simples observação pragmática pode revelar a omissão estatal nas questões sociais e na definição de Políticas Públicas democráticas, participativas e inclusivas. Tem sido assim nas áreas da educação, saúde, habitação, previdência, saneamento e outros serviços essenciais para a população que vêm sendo privatizado gradativamente com a expressa conivência dos poderes públicos. Esta ação deliberada vem coroar a chamada política do Estado Mínimo, caracterizada por Frigotto (2000), ao avaliar a crise do Estado do Bem-Estar Social, iniciada ao final dos anos 60, que exigia a adoção de preceitos neoliberais de submissão às leis de mercado, corte radical das verbas públicas e dos gastos com políticas sociais (p.73).

Essa onda neoliberal se fortaleceu na segunda metade do século XX e se espalhou pelo mundo e, lamentavelmente, o Brasil se situa no rol de países que assim se caracterizam. Para não retroagir a um passado longínquo, é possível recorrer a Antunes (2004), que recupera os últimos governos brasileiros ressaltando as últimas décadas de “devastação social” impostas ao nosso país pelos princípios liberais. Princípios esses que estimulam a produtividade e a competitividade da lógica capitalista, o que acentuadamente revelam seu caráter destrutivo.

Essas caracterizações demarcam a trajetória de uma sociedade de classes consolidada ao longo dos tempos, com seus conflitos e desconfortos. Poderoso instrumento para a manutenção dessa situação sempre foi o processo de alienação a que foi submetido nosso povo e é aí que o grau de aceitação das competições esportivas, por parte das sociedades mundiais, em particular a brasileira, viabiliza as autênticas intenções do sistema capitalista. Além da popularização dos governos, o fascínio pelos esportes tem favorecido a consolidação da parceria estado-capital e embora o gosto popular tenha sua relevância, fundamental é o processo de cooptação adotado com sucesso pela estrutura dominante do país.



Penna (2008) tem dedicado suas pesquisas na “tentativa de apreender as novas expressões do fenômeno esportivo e suas relações com a perspectiva de mascaramento da questão social no Brasil” (p. 286). Na esteira dessa análise ela vem destacando a chamada mundialização do fenômeno esportivo, as associações com o avanço tecnológico, as estratégias de marketing, a feiticização e o caráter mercadológico assumido pelas atividades esportivas.

Eficiente neste processo tem sido o desempenho dos meios de comunicação. Essa intervenção da mídia atende a propósitos bem definidos, mas não excludentes: a sua própria sobrevivência e fortalecimento comercial além da tendenciosa convivência com o projeto de manutenção da ordem. Historicamente, esses meios foram eficazes caminhos para se atingir a massa populacional, mas se tornaram poderosos instrumentos de intermediação mercadológica a partir de sua associação com as competições sejam elas em nível mundial, nacional ou regional. A venda de jornais, revistas, cotas comerciais de propaganda no rádio e na TV são mais rentáveis quando se atrelam a veiculação de jogos e competições esportiva de alto nível.

Gastaldo (2002), avaliando essas relações, sinaliza que “é importante levar em conta a apropriação e interpretação do futebol pelo campo discursivo da mídia”. Seu trabalho nos ajuda a recordar as ocasiões dos mega eventos esportivos e lembrar as inserções comerciais nos intervalos da grade de programação normal e cotidiana das emissoras de TV. Em tempos de Olimpíadas e Copas do Mundo, massivamente as peças publicitárias invocam as competições esportivas. Na luta pela audiência, os noticiários e a própria distribuição dos programas contemplam exemplarmente as participações nessas atividades. A plena integração entre a população e o distante acontecimento mundial se dá por essa relação com a mídia e, quanto maior o avanço tecnológico e tempo de exibição dos jogos, maior são os dividendos midiáticos e comerciais.

Outro segmento das comunicações de massa que utiliza o esporte como ferramenta de sedução para atingir seus interlocutores é a imprensa escrita. As revistas e, principalmente, os jornais assumiram as competições e seus atores como importantes elementos de sua sustentação e o acompanhamento de torneios, campeonatos e competições passaram a ser fundamental para a manutenção de seus lugares no mercado.



A exaltação dos feitos esportivos e resultados expressivos de atletas ou equipes também fazem parte desse jogo. Espaços disputados nas edições diárias dos jornais são preenchidos sem parcimônia para a divulgação das vitórias do esporte brasileiro. A edição de O Globo de 28 de agosto de 2008, por exemplo, preencheu mais da metade de uma página de seu caderno de esportes divulgando a recepção que a seleção feminina de voleibol teve em São Paulo, após o seu retorno vitorioso das Olimpíadas de Pequim. “Honras para as heroínas” foi a manchete, cuja reportagem descreveu o desfile em Carros de Bombeiros com escolta de caças da Força Aérea Brasileira¹.

Assim, a adesão da sociedade para essas comemorações, as atitudes passionais sobrepondo às racionais, a reverência aos ídolos esportivos e, principalmente, a vulnerabilidade popular causada pela emoção favorecem o estabelecimento de uma relação tendenciosa entre os poderes públicos e suas sociedades. Aí se estabelece algo relevante nesta análise: a reação eufórica aos resultados positivos favorecendo a manutenção de uma conjuntura política e econômica que impede transformações sociais. Muito eficiente nos regimes autoritários, esse procedimento foi redescoberto por governos pretensamente democráticos e participativos. Taffarel e Santos (2006) em seu texto “Como iludir o povo com o esporte para o público” também nos ajudam a refletir sobre tal uso.

a espetacularização dos esportes e o mundo dos negócios

No momento vivemos no Brasil a chamada Era dos Megaeventos Esportivos e o processo de sedução a que foram submetidos os trabalhadores foi tão invasivo quanto eficiente. Os níveis elevados de popularidade do então presidente Lula, provenientes de uma política geral assistencialista, favoreceram a adesão da sociedade para o ambicioso projeto dos eventos em série. Além do já realizado Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, em 2007, estão programados a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, também no Rio de Janeiro em 2016 todos, com níveis de aceitação popular impressionantes. Os meios de comunicação cuidaram de promover o alheamento do povo e inculcaram na sociedade o orgulho nacional por essas realizações.

¹ Jornal O Globo, 28 de agosto de 2008, p. 37



Penna (2008) faz um alerta para a construção desse novo tipo de nacionalismo, emergente no atual período histórico brasileiro, onde o esporte tem atuado decisivamente para “inflamar as massas, desviar atenções e estimular o sentimento de amor à Pátria”. Dá consistência a este alerta, por exemplo, a nota veiculada pela página eletrônica do Ministério do Esporte, em 2007, logo após o anúncio feito da FIFA confirmando a realização da Copa do Mundo de 2014 em nosso país. Segundo a nota, o presidente Lula

“fez um pronunciamento emocionado, onde disse que o país tem uma tarefa incomensurável pela frente, mas que será abraçada por toda a nação’. Acrescentando: “Vocês verão no Brasil grandes jogadores, a natureza exuberante e grandes estádios, mas o que vai emocionar vocês mesmo, tenho certeza, será o comportamento extraordinário do nosso povo”.

É essa conjuntura que favorece a parceria público-privada, um daqueles principais preceitos liberais tão bem aplicados pelo atual governo, propagado pela mídia nacional e assumido docilmente pela população. Nesse contexto, é relevante o fato de observarmos o significado desses megaeventos esportivos sob a égide do neoliberalismo. Estes eventos passaram a “participar da ciranda capitalista para a captação de grandes lucros e mais-valia, desta forma, constituindo-se como um mercado próprio aos grandes negócios”. (Penna, 2008)

À época do Pan 2007, o Portal do Ministério do Esporte, exibia a seguinte campanha publicitária: “Investir no Pan é investir no Brasil”. Segundo o Ministério, este slogan tinha por objetivo mostrar que as ações do governo em vários setores, e também no que se refere aos esportes, “[...] são investimentos de forte impacto e de longo prazo”

A autora também focaliza a Copa do Mundo de 2014 e, de seu texto *A Mundialização do Fenômeno Esportivo: Impactos Sobre a Questão Social Brasileira* é possível destacar entre algumas publicações da mídia, esta de um diário carioca:

“A Copa do Mundo vai movimentar o mercado publicitário. Apenas dos seus 15 patrocinadores oficiais, a Fifa receberá R\$ 1,25 bilhão em royalties pelo uso da marca do torneio. A Copa do Mundo revoluciona não só o mercado publicitário, com os patrocinadores se multiplicando ao infinito, mas também todos os meios de comunicação, que vêm no torneio uma maneira de poder sair da crise. A competição conta com 15 patrocinadores



oficiais, como a fabricante de material esportivo Adidas. Mas também empresas que nada têm a ver com futebol, desde o operador Deutsche Telekom, às cervejas Budweiser, passando pela fabricante de lâminas de barbear Gillette, os pneus Continental e o portal Yahoo. É difícil saber a cota de cada um, mas a Federação Internacional de Futebol (Fifa) anunciou que arrecadará 500 milhões de euros (cerca de R\$ 1,25 bilhão) em royalties pela utilização exclusiva do nome e do símbolo da Copa do Mundo pelos patrocinadores. Ao redor desse núcleo de privilegiados, que anunciarão nos 64 jogos, gira uma multidão de outros patrocinadores: os das equipes e os dos jogadores”².

Igualmente aos negócios publicitários é possível imaginar os ganhos financeiros das empreiteiras e construtoras, pois o que se constata é a farra das demolições e reconstruções de Estádios de Futebol. O que se sabe é que, a partir dos argumentos da urgência necessária para as obras, a exemplo do que houve quando da preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007 pode prevalecer a dispensa das licitações públicas e, como naquela oportunidade beneficiar os escândalos dos superfaturamentos e o clientelismo.

Em 2007, a *Folha Online* publicou matéria divulgando que os gastos para construções e reformas dos estádios brasileiros escolhidos para a realização dos jogos de 2014 chegariam a R\$ 2,8 bilhões. Hoje, já se noticia que os montantes devem ultrapassar essas cifras, pois as previsões de gastos da maioria dos empreendimentos estão superadas e com o agravante da injeção de dinheiro público, inicialmente noticiado como não disponível pelas diversas esferas governamentais. Com o impasse criado para a utilização do estádio do Morumbi para o jogo de abertura da Copa do Mundo e com as iniciativas para a construção de um novo estádio – propriedade do S. C. Corinthians Paulista – o BNDES anunciou a linha de crédito de R\$ 400 milhões para o clube de São Paulo.

Outro fato ilustrativo é a reforma do Estádio Mario Filho – o Maracanã – que muitos técnicos avaliam e opinam que não haveria necessidade da grande reforma a que foi submetido, afinal ele foi remodelado há pouco mais de quatro anos e está muito

² Jornal O POVO, 4 de maio de 2006



próximo das exigências da FIFA, para a inserção na Copa de 2014. Apesar disso, há uma previsão de gastos na monta de R\$ 880 milhões.

O espantoso é que estamos falando apenas de duas instalações dos dois maiores centros do país, o absurdo transparece com maior intensidade ao mencionarmos o que está previsto para outras cidades brasileiras. A seguir, dados referentes à adequação dos estádios nas diversas localidades que foram contempladas com a realização de jogos da Copa do Mundo, alguns para partidas apenas da primeira fase³:

Manaus	Estádio Vivaldão	R\$ 6 bilhões
Porto Alegre	Estádio Beira-Rio	R\$ 350 milhões
Curitiba	Arena da Baixada	R\$ 150 milhões
Campo Grande MS	Estádio Morenão	R\$ 500 milhões
Belém	Estádio Mangueirão	R\$ 200 milhões
Brasília	Estádio Mané Garrincha	R\$ 250 milhões
Florianópolis	Construção de novo estádio	R\$ 400 milhões
Goiânia	Estádio Serra Dourada	R\$ 180 milhões
Maceió	Construção de novo estádio	R\$ 260 milhões
Natal	Construção de novo estádio	R\$ 280 milhões
Salvador	Estádio Fonte Nova	R\$ 230 milhões
Belo Horizonte	Estádio do Mineirão	R\$ 300 milhões
Cuiabá	Estádio Verdão	R\$ 340 milhões
Recife	Construção da “Cidade da Copa”	R\$ 1,6 bilhão

O que chama a atenção, além desses números que podem ser qualificados e analisados se relacionados à proporcionalidade populacional e à otimização das instalações para depois do evento, é o cinismo da parceria público-privada que acaba concedendo a algumas empreiteiras a tarefa altamente lucrativa da construção ou reforma dos estádios. A Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Galvão Serveng e Odebrecht, esta última a que assumiu o maior número das obras, certamente estão plenamente satisfeitas e têm acordo com a realização de eventos esportivos em

³ <http://aleosp2010.wordpress.com/2009/01/16/copa-do-mundo-brasil-2014-apresentado-projeto-dos-estadios/#content> , acesso em 31/03/2011



solo brasileiro. Ironicamente, as empreiteiras são responsáveis por ¼ das doações de campanha dos governadores reeleitos, no último pleito eleitoral.

Outro segmento a ser contemplado com as atenções das esferas públicas e considerado fundamental para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio de Janeiro é o setor dos transportes. As malhas urbanas, interurbanas, interestaduais e internacionais, sejam terrestres ou aéreas, têm sido alvos de críticas pelos seus serviços deficitários ao longo das últimas décadas e é compreensível que para atender a demanda de público que afluirá para as sedes dos jogos em ambos os eventos, haja uma atualização dos meios de transportes. Como censurar tais empreendimentos? Há o discurso oficial de que a modernização dos sistemas e as melhorias advindas desses projetos se tornarão patrimônios da sociedade, o chamado legado dos megaeventos.

O que se deve ponderar, entretanto, é o interesse mútuo que se expressa na parceria público-privada e se robustece com as iniciativas de novas concessões de linhas de ônibus, do aumento da malha aérea nacional e internacional e até a efetivação do antigo projeto do TAV – trem bala – ligando os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Considerando que, praticamente, a totalidade do sistema de transporte brasileiro é privatizada, é possível prever os interesses do capital financeiro, plenamente atingidos.

A população não intui a amplitude dessas ações, que se naturalizam com banal admissibilidade e acabam legitimando a convivência ente os setores públicos e privados. Um exemplo disso é o anúncio, em abril de 2011, do governo brasileiro das intenções de aproveitamento do Projeto do Transporte de Alta Velocidade (TAV), para ampliar a rede de fibra óptica no país, inclusive com possibilidade de isto se dar por meio de decreto presidencial. Segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a partir desse empreendimento, todas as obras do governo serão obrigadas a usar as fibras ópticas. “A previsão é que o Estado invista entre R\$ 6,5 bilhões e R\$ 7 bilhões apenas nessas frentes”⁴.

a logomarca Rio-16: um capítulo à parte subsidiando as reflexões finais

⁴ <http://computerworld.uol.com.br/negocios/2011/04/28/trem-bala-pode-ajudar-a-ampliar-rede-de-fibra-optica-no-brasil/>, disponível em 01/05/2011



O próprio *sistema* se incumbiu de legitimar os argumentos deste ensaio, quando numa manobra midiática anunciou e divulgou para todo o país a “logomarca”, das Olimpíadas de 2016, a RIO-16. Emblemático para dar credibilidade a estas considerações a respeito do tema, o ato seguiu um roteiro traçado pelos princípios do marketing publicitário comercial e absorveu altos investimentos, cujos retornos serão altamente lucrativos nas esferas financeiras e políticas

Numa estratégia que ratifica toda a lógica da espetacularização, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ocupou fundamental espaço na TV brasileira, interrompeu as festividades de um dos eventos mais concorridos do Rio de Janeiro e talvez do Brasil – o réveillon de Copacabana – para divulgar e fazer o lançamento da *marca RIO-16*, sim, deixou de ser um apenas um ingênuo símbolo indicativo e de domínio público, para ser uma peça publicitária, com detentores da imagem e de direitos de comercialização.

Esse acontecimento contou com os ingredientes previsíveis, alguns deles mencionados em minhas reflexões: governo municipal, dirigentes esportivos, ídolos esportivos de alto rendimento, artistas populares e a aclamação popular demarcando o consenso planejado e colhido pelos influentes personagens dessa campanha.

A ironia fica por conta dos significados contidos na imagem da gravura expostas em três enormes bandeiras de 1200 m² que foram abertas sobre a multidão na praia. Supostamente ela representaria os povos do mundo entrelaçados, imbuídos do espírito olímpico, sob o céu do Rio de Janeiro e em perfeita harmonia com sua paisagem urbana.

Que espírito olímpico poderia ser representado por um emblema que tem a função de lucrar para o COB 3 bilhões de reais?⁵ Os braços entrelaçados representariam a união dos países⁶, ou a globalização do capital? A inclusão das curvas da natureza carioca seria a forma de transformar a cidade, também, em mercadoria no processo do marketing visual?

⁵ Valores divulgados em [HTTP://www1.folha.uol.com.br/esporte/853662-rio-2016](http://www1.folha.uol.com.br/esporte/853662-rio-2016), disponível em 02/01/2011.

⁶ Explicações divulgadas em [HTTP://www1.folha.uol.com.br/esporte/853662-rio-2016](http://www1.folha.uol.com.br/esporte/853662-rio-2016), fornecidas pelos criadores da logomarca, disponível em 02/01/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Se não bastassem estes atos desencadeados em cadeia, com incomum coerência e indefectível subserviência ao capital financeiro, o coroamento de todo este processo de adesão aos princípios capitalistas que regem os rumos da humanidade se deu com a indicação do ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para a Presidência da Autoridade Pública Olímpica, a APO, um consórcio criado via Projeto de Lei para coordenar as ações governamentais para as Olimpíadas de 2016. Sintomática, essa nomeação indica aos organismos esportivos e financeiros internacionais que o Brasil está sintonizado com os preceitos globalizados de Adam Smith e que os símbolos esportivos, por aqui, estão sendo polidos pela *mão invisível* do capitalismo mundial.

Em nosso país, como em todo mundo, estão relegados a planos inferiores os sentimentos de congraçamento e a natureza lúdica das competições esportivas. Há uma deterioração dos valores sociais dos jogos que consagra os princípios do liberalismo moderno e sanciona a tese de que hão de sobreviver os capazes, ou seja, os melhores atletas terão sua inserção garantida no mundo capitalista, os detentores dos negócios acumularão seu capital e as classes privilegiadas poderão ter acesso aos espetáculos esportivos. À classe trabalhadora sobrarão a tarefa de construir as arenas e os palcos, além de legitimar as ações da elite dominante.

O conjunto de reflexões, argumentos e análises críticas apresentados ao longo deste trabalho têm o objetivo de ratificar a idéia que a apropriação do espírito olímpico de Pierre de Coubertin, pelo capital se deu de maneira irretorquível e que se para o nobre francês o “*importante era competir*”, para a superestrutura é mais importante “*fazer competir*”.

BIBLIOGRAFIA



ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BLAINEY, G. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.

DRUMOND, M. *Pátrias em jogo: esporte e propaganda política nos governos de Vargas e Perón*. In: Melo, Victor Andrade (org). *História Comparada do Esporte*: Rio de Janeiro: SHAPE Editora, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez Editora, 2000

GASTALDO, E. *Notas sobre um país em transe: Mídia e Copa do Mundo no Brasil* In: *Motrivivência: Educação Física Esporte e Mídia*, Ano XX, nº 17: Florianópolis, 2001.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o significado da revolução hoje*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

LUDWIG, P. *Gráfico: um mapa dos jogadores naturalizados na Copa*. Disponível em: www.clicrbs.com.br Acesso em 14/7/2010

NOZAKI, H T. e PENNA, A. *Jogos Pan-Americanos Rio de Janeiro 2007: por trás das cortinas do grande espetáculo*. In: *Lecturas: Educación Física y Deportes*. Revista Digital. Acessível em: www.efdeportes.com

O'DONNELL, G. *Anotações para uma teoria do estado (I)*. In: *Revista de Cultura e Políticas* São Paulo, CEDEC nº 3 p 71 – 93. São Paulo: Editora paz e Terra, s.d.

PENNA, A. *Mundialização do Fenômeno Esportivo: Impactos Sobre a Questão Social Brasileira*. In: *Anais do XII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar*. Niterói: UFF, 2008. p 285-297.

TAFFAREL, C Z e SANTOS, C L. *Como iludir o povo com esporte para o público*. Disponível em http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos.htm. Acesso em: 30/4/08